

Público

17-11-2021

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Página(s): 1,12

Justiça

MP investiga teia de negócios à volta da Essência do Vinho

Empresas de Nuno Botelho assinaram vários contratos com institutos públicos. Ministério Público duvida da sua legalidade **Sociedade, 12**

PUBLICIDADE

Público

17-11-2021

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Pagina(s): 1,12

Sociedade Em causa estão suspeitas de corrupção e branqueamento

Ministério Público investiga teia de negócios à volta da Essência do Vinho

Instituto público atribuiu, por concurso, mais de 2,8 milhões de euros a empresa que organiza um grande evento de vinhos no Porto e tem como sócio Nuno Botelho, presidente da Associação Comercial do Porto

Mariana Oliveira

É uma teia de negócios que envolve dois institutos públicos, uma fundação privada, a Associação Comercial do Porto e várias empresas ligadas ao seu actual presidente, Nuno Botelho, antigo braço-direito do presidente da Câmara do Porto, Rui Moreira, nas suas lides de dirigente associativo. O objecto era quase sempre o mesmo: promover vinhos portugueses. Mas a actividade saía cara ao Estado e ficava quase sempre nas mãos dos mesmos.

Só o Instituto de Vinhos do Douro e Porto (IVDP) atribuiu, através de vários concursos adjudicados entre 2014 e este ano, mais de 2,8 milhões de euros à empresa Essência do Vinho, da qual Nuno Botelho é um dos três sócios, para esta promover através de campanhas o Vinho do Porto em mercados como o Brasil, o Canadá e os Estados Unidos da América.

Apesar de terem sido realizados concursos públicos internacionais, apenas duas empresas concorreram, a Essência do Vinho e a Opal Publicidade, que, por vezes, acabavam a dividir os lotes a concurso.

Era uma outra empresa igualmente detida em parte por Nuno Botelho, a Essência dos Eventos (que o ano passado se fundiu com a Essência do Vinho) a organizadora de um grande evento vincícola que ocorre habitualmente no Palácio da Bolsa, no Porto, um edifício detido pela associação comercial. E há suspeitas de que Nuno Botelho usava a sua qualidade de dirigente associativo para favorecer as suas próprias empresas. O PÚBLICO tentou, sem sucesso, contactar o empresário, que não atendeu as chamadas feitas para o seu telemóvel.

Neste momento, contudo, o Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) e a Polícia Judiciária estão a concentrar as atenções em contratos realizados nos últimos três anos. "No inquérito investigam-se factos respeitantes a procedimentos de contratação pública ocorridos entre 2019 e 2021, ascendendo o valor total dos contratos a cerca de sete milhões de euros. Em causa estão suspeitas de crimes de participação económica em negócio, corrupção e, eventualmente, branqueamento", dá conta o DCIAP, numa nota divulgada no seu site.



A Associação Comercial do Porto, no Palácio da Bolsa, foi ontem alvo de buscas da Polícia Judiciária

Há suspeitas de que Nuno Botelho usava a sua qualidade de dirigente associativo para favorecer as suas próprias empresas

A Unidade Nacional de Combate à Corrupção da Polícia Judiciária está a passar a pente fino estes contratos, tendo realizado ontem buscas em empresas, na Associação Comercial do Porto, na Fundação da Juventude, no Instituto de Vinhos do Douro e Porto (IVDP), no Instituto do Vinho, Bordado e Artesanato da Madeira (IVBAM), no Funchal, e numa sociedade de advogados. As diligências foram acompanhadas pelo juiz Ivo Rosa, do Tribunal Central de Instrução Criminal.

O PÚBLICO sabe que a investigação ainda está numa fase inicial e ainda não há arguidos constituídos. "Nesta fase da investigação, impõe-se a necessidade de proceder à recolha de elementos probatórios sobre os factos em causa", admite a Judiciária num comunicado divulgado esta ao início da tarde de ontem.

O principal visado pelas suspeitas

é Nuno Botelho, que chegou a ser adjunto de um vereador no primeiro mandato de Rui Rio à frente da autarquia portuguesa. Quando saiu do município, o empresário tornou-se director executivo da Associação Comercial do Porto (ACP), então presidida por Rui Moreira, um cargo que manteve durante vários anos. Quando o independente saiu da associação, Botelho sucedeu-lhe na liderança. Hoje partilha a direcção com um dos filhos do autarca do Porto.

Botelho esteve na câmara ao mesmo tempo que Manuel Cabral, que acabaria por se tornar anos mais tarde presidente do Instituto de Vinhos do Douro e Porto. Foi durante o mandato deste dirigente que a Essência do Vinho assinou os contratos mais chorudos. Entre Agosto de 2014 e Março de 2018 foram realizados três contratos, no valor global de 2,2 milhões de euros.

Contactada pelo PÚBLICO, a ACP confirmou ter sido alvo de buscas por parte da Judiciária. "Ignorando os motivos concretos que estiveram na origem desta investigação e procedendo com absoluta transparência", a Associação Comercial do Porto diz que "cooperou abertamente com as autoridades, prestando todos os esclarecimentos e informações que lhe foram solicitadas".

Também a Fundação da Juventude confirmou ter recebido a visita de elementos da PJ nas suas instalações do Porto. Em resposta à agência Lusa, a fundação garante que "prestou toda a colaboração e esclarecimentos" e adianta que as autoridades procuravam elementos relacionados com "o fornecimento de serviços à Fundação da Juventude, há vários anos, por parte de entidades terceiras, alvo de investigação".